

Produto Final - Minuta de Decreto Governamental

Minuta de Decreto do Poder Executivo Estadual regulamentando a Lei nº 547/2006 quanto à cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

O Governador do Estado de Roraima, no uso de atribuição que lhe confere o inciso III do art. 62 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto na Lei nº 547, de 23 de junho de 2006,

Decreta:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Regulamenta a cobrança pelo uso de recursos hídricos no Estado, nos termos deste decreto.

Art. 2º Integram o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRH-RR, nos termos do art. 41 da Lei nº 547, de 26 de junho de 2006:

I - o Conselho Estadual de Recursos Hídricos;

II - o órgão gestor dos Recursos Hídricos, instituído na forma da lei;

III - os Comitês de Bacias Hidrográficas;

IV - as Agências de Bacias; e

V - os órgãos dos Poderes Públicos Estaduais e Municipais, cujas competências se relacionam com a gestão dos Recursos Hídricos.

Art. 3º A cobrança pelo uso de recursos hídricos - CRH de domínio do Estado é instrumento de gestão previsto na Política Estadual de Recursos Hídricos, implementado para abranger os usuários de recursos hídricos sujeitos à outorga, em todo o território do Estado.

Art. 4º Para os efeitos deste decreto, considera-se:

I - contrato de gestão: o acordo de vontades, bilateral, de direito civil, celebrado entre o Poder Público estadual, representado pela FEMARH - Fundação

Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e as entidades equiparadas por ato do CERH-RR, para exercer as funções de competência das agências de bacias hidrográficas;

II – preço público: o valor monetário em reais aplicado à quantidade de água captada, outorgada ou medida, e de efluente lançado sujeito à CRH;

III - Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos - DAURH-RR: declaração de volumes captados, consumidos e da carga de poluentes lançados em corpos hídricos de domínio do Estado, apresentada anualmente pelos usuários de recursos hídricos;

IV - metodologia: critérios e normas definidos pelos CBH para cálculo da CRH, constantes das deliberações normativas dos respectivos CBH;

V - sistema de medição: o conjunto de instalações, equipamentos, acessórios, instrumentos e dispositivos que registrem e permitam o monitoramento dos volumes de água retirados ou o método de medição de vazões com eficiência técnica devidamente comprovada, conforme regulamento da FEMARH - Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

VI - entidade equiparada: entidade sem fins lucrativos cuja equiparação à agência de bacia hidrográfica é solicitada pelo CBH e aprovada pelo CERH-RR.

VII – bacia hidrográfica: um conjunto de superfícies vertentes e de uma rede de drenagem formada por cursos de água que confluem até resultar em um leito único no seu exutório.

CAPÍTULO II - DA COBRANÇA

Art. 5º A CRH incide sobre o uso de recursos hídricos, nos termos dos arts. 4º, IV, 24, 25, 26, 27 e 28 da Lei nº 547, de 23 de junho de 2006.

Art. 6º Fica o usuário de recursos hídricos obrigado a realizar o pagamento da CRH a partir da regularização do uso outorgável.

Parágrafo único. A CRH não será cobrada pelo uso de recursos hídricos para satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural, bem como as acumulações, as derivações, as captações e os lançamentos considerados insignificantes.

Art. 7º A CRH será calculada anualmente e executada pela FEMARH - Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, respeitadas as diretrizes gerais do CERH-RR e as metodologias e os preços públicos fixados pelos CBH.

Art. 8º O valor da CRH será apurado considerando dados das outorgas vigentes e informações registradas pelo usuário, referentes ao uso de recursos hídricos no exercício anterior àquele em que se der a cobrança.

§ 1º O usuário que possuir equipamento para medição e monitoramento de intervenções em recursos hídricos informará à FEMARH - Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos o volume medido no exercício anterior.

§ 2º O volume de recursos hídricos informado será considerado na apuração mencionada no caput, desde que observada a metodologia definida pelo respectivo comitê de bacia hidrográfica.

§ 3º Compete à FEMARH - Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos estabelecer mediante ato próprio o prazo para que o usuário preste as informações a que se refere o caput.

Art. 9º Os preços públicos definidos para a CRH serão atualizadas anualmente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou de índice que vier a sucedê-lo, observado o disposto no art. 13.

§ 1º A apuração do IPCA será realizada em janeiro de cada ano, considerando a variação no interstício dos doze meses anteriores.

§ 2º Os preços públicos atualizados referentes à CRH em cada bacia hidrográfica serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Roraima, no prazo de até sessenta dias após a publicação do IPCA.

Seção I - Da Implementação da Cobrança

Art. 10. Além do disposto no art. 24 da Lei nº 547, de 2006, a CRH observará:

- I - a simplificação da metodologia de cálculo e fixação dos preços públicos;
- II - a transparência dos valores cobrados;
- III - a clareza nas informações prestadas ao usuário.

Art. 11. Para a implementação da CRH serão consideradas:

I - as diretrizes e os critérios constantes dos Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas, nos termos do inciso XII do art. 7º da Lei nº 547, de 2006, e os estabelecidos pelo CERH-RR;

II - os procedimentos para o cálculo e a fixação dos valores dos preços públicos a serem cobradas pelo uso da água, aprovados pelo CERH-RR, nos termos do inciso VII do art. 43 da Lei nº 547, de 2006.

Art. 12. A CRH terá início no exercício seguinte à aprovação da metodologia e dos valores da CRH pelo CERH-RR.

Art. 13. Após iniciada a cobrança, os CBH de rios de domínio do Estado poderão submeter à aprovação do CERH-RR, até o dia 30 de junho de cada ano, proposta de alteração da metodologia e os preços públicos a serem cobradas no ano subsequente pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado.

Seção II - Da Emissão da Cobrança e do Pagamento

Art. 14. A FEMARH - Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos enviará à Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ as informações necessárias à emissão do Documento de Arrecadação Estadual - DARE para o recolhimento das parcelas da CRH, até o último dia útil do mês de maio.

Parágrafo único. As informações a que se refere o caput conterão, no mínimo:

I - nome civil ou nome empresarial;

II - número da outorga;

III - número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

IV - endereço do local onde é feito o uso do recurso hídrico e o endereço do usuário;

V - período de referência (ano anterior à CRH);

VI - bacia hidrográfica;

VII - valor da parcela.

Art. 15. O valor da CRH será cobrado em quatro parcelas a serem recolhidas até o último dia útil de expediente bancário dos meses de julho, agosto, setembro e outubro do exercício subsequente ao da utilização do recurso hídrico.

§ 1º Não será emitido DARE com valor inferior a R\$ 200,00 (duzentos reais).

§ 2º Quando o valor da CRH for inferior a R\$ 200,00 (duzentos reais), o valor será acumulado para cobrança até o quinto exercício subsequente, quando será emitido o DARE independentemente do valor.

§ 3º Na hipótese do valor anual ser inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais), a CRH será cobrada em única parcela, com vencimento no último dia de expediente bancário do mês de julho do exercício subsequente ao da utilização do recurso hídrico.

§ 4º O titular da outorga é responsável pela obtenção do DARE, disponibilizado no site da SEFAZ.

Art. 16. O valor da CRH poderá ser revisto, a qualquer momento:

- I - por solicitação do usuário apresentada à FEMARH - Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos por meio do Sistema Eletrônico de Informações de Roraima - SEI-RR, mediante exposição fundamentada;
- II - de ofício, pela FEMARH - Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

§ 1º A solicitação de revisão do valor da CRH não tem efeito suspensivo, ficando o usuário obrigado a efetuar o pagamento das parcelas até as respectivas datas de vencimento.

§ 2º Na hipótese do inciso I, a análise do pedido de revisão deverá ocorrer em até noventa dias a contar da data do protocolo.

Art. 17. O valor pago a maior pela CRH será restituído mediante dedução nos valores devidos nos exercícios subsequentes.

§ 1º A dedução a que se refere o caput aplica-se nas parcelas devidas nos exercícios subsequentes.

§ 2º A restituição será feita em moeda corrente, quando não for possível realizar a dedução de que trata o caput.

Art. 18. O vencimento de uma das parcelas mencionadas no art. 17, sem o respectivo pagamento, antecipa o vencimento das demais e configura a inadimplência do usuário referente ao valor anual da CRH, sujeitando o devedor à inscrição da dívida ativa do estado e posterior ajuizamento de execução fiscal.

Art. 19. O usuário poderá solicitar à FEMARH - Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, mediante requerimento, o parcelamento de seus débitos referentes à CRH.

CAPÍTULO III - DA ARRECADAÇÃO

Art. 20. Os valores da CRH recolhidos por meio do DARE e repassados à FEMARH - Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos serão incluídos na Lei Orçamentária Anual na forma de Recursos Diretamente Arrecadados com vinculação específica.

Parágrafo único. O DARE será processado por meio de código que identifique a bacia hidrográfica de origem da arrecadação, cujos valores serão registrados em contas internas específicas.

Art. 21. Os valores arrecadados com a CRH observarão as disposições contidas no art. 28 da Lei nº 547, de 2006, e suas alterações, e serão aplicados na bacia hidrográfica que deu origem à arrecadação, mediante aprovação pelo respectivo CBH, garantida a conformidade da aplicação com os Planos de Recursos Hídricos:

I - no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos no Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica;

II - no pagamento de despesas de monitoramento dos corpos de água e custeio dos órgãos e das entidades integrantes do SEGRH-RR, na sua fase de implantação.

§ 1º O financiamento das ações e das atividades a que se refere o inciso I corresponderá a, pelo menos, dois terços da arrecadação total gerada na bacia hidrográfica.

§ 2º A aplicação nas despesas de que trata o inciso II é limitada a 7,5 % (sete vírgula cinco por cento) do total arrecadado.

Art. 22. Os valores arrecadados com a CRH serão repassados às agências de bacias hidrográficas ou às entidades a elas equiparadas, após deduzidos impostos e encargos legais, mediante celebração de contrato de gestão.

Parágrafo único. A FEMARH - Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos aplicará diretamente os recursos obtidos com a CRH, nos casos em que não houver, legalmente constituída, agência de bacia hidrográfica ou entidade a ela equiparada.

Art. 23. Os valores arrecadados com a CRH poderão ser aplicados a fundo perdido em projetos e obras que alterem a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água, considerados benéficos para a coletividade pelo respectivo comitê de bacia hidrográfica, conforme recomendação da agência de bacia hidrográfica ou entidade a ela equiparada.

Parágrafo único. Os CBH definirão o montante máximo de recursos a serem aplicados a fundo perdido.

Art. 24. Os usuários deverão estar em situação regular perante o Estado para se habilitarem à obtenção de financiamento de projetos com recursos financeiros obtidos com a CRH, em especial junto ao SEGRH-RR.

Art. 25. A aplicação dos recursos arrecadados com a CRH se sujeita à fiscalização realizada pelo órgão ou entidade competente.

Parágrafo único. As agências de bacia hidrográfica e as entidades a elas equiparadas ou, em sua falta, a FEMARH - Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, encaminharão anualmente ao CERH-RR, relatório aprovado pelos respectivos comitês que demonstre o balanço das arrecadações e das aplicações financeiras em suas áreas de atuação.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26. O CERH-RR deverá estabelecer, no prazo de um ano a contar da data de publicação deste decreto, diretrizes gerais para a metodologia de cálculo e a fixação dos preços públicos a serem adotados nas bacias hidrográficas de rios de domínio do Estado, nos termos do inciso VII do art. 43 da Lei nº 547, de 2006.

Art. 27. Os CBH encaminharão ao CERH-RR, no prazo de dois anos a contar da data de publicação deste decreto, a proposta de metodologia para o cálculo dos preços públicos referentes à CRH, na sua área de atuação.

Parágrafo único. Para os CBH que não se manifestarem no prazo estabelecido no caput será adotada metodologia estabelecida pelo CERH-RR.

Art. 28. Os CBH indicarão ao CERH-RR, no prazo de dois anos a contar da data de publicação deste decreto, a entidade a ser equiparada até que o Estado institua a Agência de Bacia Hidrográfica.

Parágrafo único. Para o caso dos CBH que não se manifestarem no prazo estabelecido no caput, a FEMARH - Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos submeterá a proposta para o exercício das funções de agência de bacia hidrográfica ao CERH-RR.

Art. 29. Os CBH que implementaram a CRH em suas respectivas áreas de atuação, deverão adequar a metodologia e preços públicos segundo os critérios

estabelecidos pelo CERH-RR, no prazo de três anos a contar da data de publicação deste decreto.

Art. 30. Nas bacias hidrográficas em que a CRH foi implementada, a FEMARH - Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, as agências de bacia hidrográfica e as entidades a elas equiparadas deverão adaptar a operacionalização da CRH ao disposto no art. 8º, no prazo de três anos a contar da publicação deste decreto.

Art. 31. As disposições deste decreto deverão ser observadas pelos órgãos e instituições integrantes do SEGRH-RR, nas atividades e negociações desenvolvidas no âmbito dos CBH de rios federais ou na articulação com agências, conselhos e organismos da União, no que couber.

Art. 32. Normas complementares à fiel execução deste decreto serão expedidas por ato próprio do Presidente da FEMARH - Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Art. 33. Ficam revogadas as disposições em sentido contrário.

Art. 34. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Vista, aos xxx de xxxxx de xxx.

Governador do Estado de Roraima